

IRAQUE: Objectivos, Estratégias e Perspectivas Futuras

Comodoro
Armando José Dias Correia



“No Iraque, um ditador está a construir e a esconder armas que podem dar-lhe a capacidade para dominar o Médio Oriente e intimidar o mundo civilizado [...] o mesmo tirano tem relações próximas com as redes terroristas, e pode dotá-las de meios terríveis para atacar este país”
George W. Bush, 2003¹

1. Introdução

Em Março de 2003, os Estados Unidos da América (EUA) lideraram uma coligação² com o objectivo de derrubar o regime iraquiano. O Presidente Bush justificou a invasão como a única forma de desarmar o Iraque de Saddam Hussein, que ameaçava o mundo com Armas de Destruição Maciça (ADM). Além disso, a Administração Norte-Americana argumentou que havia ligação do regime iraquiano com redes terroristas e que um Iraque estável e democrático seria importante para a reforma e estabilização do Médio Oriente, o que era vital para os interesses de segurança nacional dos EUA.

Depois de uma rápida vitória militar descobriu-se que afinal não havia armas de destruição maciça. Passados mais de cinco anos não há sinais de um novo Iraque livre e democrático. A construção de uma nova nação no Iraque tem-se revelado um desafio muito difícil de concretizar. Contribuem para esta dificuldade vários factores, nomeadamente o elevado número de habitantes (27.5 milhões), a dispersão geográfica, as rivalidades históricas na região, a hostilidade religiosa sectária entre os grupos étnicos dominantes: os xiitas (60%), os sunitas (17-20%) e os curdos (15-20%)³. Os esforços de reconstrução estão permanentemente na mira de operações de subversão que não permitem o necessário clima de estabilidade e segurança, essenciais para a reconstrução do Iraque. Os EUA têm enfrentado não só as acções terroristas patrocinadas pela Al-Qaeda e pelas rivalidades internas, mas também o efeito de estratégias indirectas de

países como o Irão, a Síria e a Turquia. Estes países têm muito interesse em formatar a configuração final do Iraque.

A região do Golfo Pérsico, especialmente pelo valor do seu ouro negro, sangue vital das economias modernas, tem sido uma das principais áreas de conflito permanente a nível mundial. A região tem-se caracterizado pela conflitualidade, instabilidade e insegurança nos últimos 27 anos. Há a registar oito anos da Guerra Irão-Iraque (1980-1988), a Guerra do Golfo (1991), um prolongado período de sanções contra o Iraque seguido da Guerra do Iraque em 2003. Apesar destes conflitos, a região tem mantido os fornecimentos de petróleo e gás requeridos pelas economias globalizadas.

É este o contexto estratégico que serve de tema para este artigo. Este trabalho contextualiza o valor do Golfo Pérsico e as ambições dos actores deste xadrez geopolítico. Tendo a invasão do Iraque sido decidida e protagonizada pelos EUA, procura-se encontrar a justificação para a intervenção e os objectivos que se pretendiam alcançar. As perspectivas futuras identificam-se nas ambições geopolíticas dos principais candidatos aos prémios de jogo, os barris de petróleo.

2. Geostratégia do Golfo Pérsico até à Guerra do Iraque

A razão para a presença americana na região do Golfo Pérsico é naturalmente a de garantir o acesso da sua economia ao sangue vital que é o ouro negro. O petróleo é uma enorme fonte de riqueza que motiva conflitos, no entanto, a ambição política, as diferenças religiosas e as disputas territoriais já existiam antes de 1908, data em que se descobriram depósitos significativos de petróleo no Irão. A descoberta de poços de petróleo e a sua exploração gerou, desde então, confrontos ainda mais frequentes e destrutivos. Foram descobertos enormes poços de petróleo em áreas onde as fronteiras não estavam definidas entre os estados vizinhos o que gerou ainda mais fricções. Como estes poços de energia rendem biliões de dólares, é fácil de justificar o eclodir de conflitos por desentendimento entre os países vizinhos. Por exemplo, o Iraque acusou o Kuwait de se apropriar de mais do que seria a sua parte do campo petrolífero de *Rumaila* no final dos anos 80. Esta perspectiva serviu de justificação para que o Iraque invadisse o Kuwait em 1990 (Klare, 2002).

A descoberta de grandes reservas de petróleo e gás natural permitiu que os países da região adquirissem grandes quantidades de armas modernas e com elas aumentassem a intensidade e a destruição nos conflitos inter-estatais. Os rendimentos do petróleo também aumentaram o risco de conflitos internos no Golfo, particularmente nos países onde os rendimentos foram canalizados para contas das elites no poder. Embora na maioria dos países tenha havido a distribuição de dividendos através da melhoria das condições de vida dos cidadãos (incluindo educação gratuita, cuidados médicos, comida subsidiada, etc.), a acumulação de riqueza por parte das elites proeminentes gerou naturalmente ressentimentos por parte dos menos privilegiados. Quando a este ressentimento se juntam outras fontes de descontentamento (ideológicas, políticas ou

religiosas) reúnem-se todos os ingredientes para a subversão e o terrorismo.

Muitos destes factores também existem noutras regiões do mundo com grandes fontes de energia. O que diferencia o Golfo Pérsico de outras áreas é o facto dos grandes poderes mundiais terem decidido intervir nas disputas locais, sempre que perceberam que poderia estar em causa o normal fluxo do ouro negro.

A Royal Navy substituiu o carvão por petróleo em 1912, o que levou à edificação de bases navais e fontes abastecedoras no Médio Oriente. O Reino Unido foi assim a primeira grande potência mundial a perceber a necessidade de garantir o acesso ao petróleo.

Durante a 2ª Grande Guerra, o acesso ao petróleo teve um grande peso na estratégia do Eixo e também dos Aliados, levando a Alemanha a assinar um pacto com a União Soviética em 1939, para garantir o acesso ao precioso líquido por ambas as partes, no Golfo e no Cáucaso. A estratégia alemã de 1941-1942 estava também orientada para garantir o acesso aos poços petrolíferos da Ucrânia (invasão da União Soviética em 1941) e do Cáucaso, nomeadamente de Baku (no actual Azerbaijão).

Depois da guerra, o petróleo continuou a ser considerado pelos estrategistas militares como fundamental para garantir a capacidade de combate. Por exemplo, os EUA duvidaram da sua capacidade para alimentarem de combustível os meios operacionais num conflito de grandes dimensões, nomeadamente contra a União Soviética, o que acentuou o seu interesse em garantir a segurança dos campos petrolíferos do Médio Oriente, logo no início do hipotético conflito. Temendo que a União Soviética pretendesse tomar conta do Médio Oriente, os norte-americanos apressaram-se a integrar o Irão, o Iraque, a Arábia Saudita e outros países da região na aliança ocidental. Tanto a doutrina de Truman (1947) como a de Eisenhower (1957) incluíam promessas americanas de ajuda a qualquer estado da região em caso de um ataque da União Soviética ou de forças patrocinadas por ela (Klare, 2002).

Depois da 2ª Grande Guerra o Plano Marshall acelerou a industrialização da Europa tornando-a extremamente dependente do petróleo do Médio Oriente. Este aumento do consumo levou ao incremento da exploração e dos métodos e técnicas associadas.

No início da Guerra Fria os norte-americanos mantiveram uma modalidade de acção bastante discreta na área confiando na actuação da Grã-Bretanha, que era um grande poder vivo na região⁴. Em 1968 o Primeiro-ministro Harold Wilson anunciou a retirada das forças militares da Grã-Bretanha do Suez no final de 1971. A percepção norte-americana de que a saída do contin-ente britânico iria produzir um vazio de poder perigoso no Golfo levou Washington a ter de assumir a responsabilidade primária pela estabilidade na região. Depois de uma reavaliação dos interesses norte-americanos neste canto do mundo, feita pelo *National Security Council*, então liderado por Henry Kissinger, o Presidente Nixon assinou o *National Security Decision Memorandum No. 92* viabilizando uma presença significativa norte-americana na região (Klare, 2002: 59). Recorde-se que nesta altura os EUA estavam no auge da guerra do Vietname, sendo por

isso difícil de explicar ao povo e aos militares mais um empenhamento em larga escala. Para resolver este dilema, Washington adoptou uma modalidade de acção que ficou conhecida por “*Surrogate Strategy*” e que consistia em utilizar poderes locais amigos (Irão, Iraque e Arábia Saudita) como “guardiões” dos interesses ocidentais. Em troca, os norte-americanos forneciam orientação estratégica e uma substancial ajuda militar. Entre os anos 70 e 78 os EUA venderam ao Irão mais de 20 milhões do mais sofisticado equipamento militar que resultou num enorme poder. Os americanos não esperavam que em 16 de Janeiro de 1979 a oposição interna ao Xá, Mohammad Reza Pahlavi, liderada pelo Ayatollah Ruholla Khomeini, viesse a estabelecer um regime islâmico radical, hostil a Washington.

Em 1971 o Bahrein, os Emiratos Árabes Unidos (EAU), Omã e o Qatar tornaram-se independentes e criaram os seus exércitos nacionais e as infra-estruturas necessárias.

A guerra israelo-árabe de 1973 valorizou, ainda mais, a importância do petróleo. Para punir Washington pelo seu apoio a Israel e criar uma pressão internacional no sentido de forçar a uma saída aceitável do conflito, os países árabes cortaram os seus fornecimentos de petróleo aos EUA e impuseram condições a outros países. Ao mesmo tempo, a Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) anunciou o aumento do preço do petróleo. Estas iniciativas tiveram um efeito desastroso na economia levando a uma recessão mundial. A partir desta data o petróleo passou a ser visto não apenas como essencial para a movimentação da máquina de guerra, mas também para a estabilidade da economia global. Estes eventos tiveram nos grandes poderes mundiais profundos reflexos na ligação entre petróleo e segurança nacional. Os EUA procuraram diversificar as suas fontes (por exemplo: Mar do Norte e Alasca) e criaram uma reserva estratégica de milhões de barris de petróleo ainda actualmente conhecida por *Strategic Petroleum Reserve*.

A resposta norte-americana não se ficou por medidas internas. Pela primeira vez começou a ouvir-se falar do uso da força para proteger o fornecimento de energia vital em tempo de paz, de forma a garantir a saúde da economia. Os estrategistas começaram a considerar a intervenção militar no Médio Oriente para prevenir qualquer interrupção no fluxo de petróleo. Este pensamento tornou-se público quando Henry Kissinger, Secretário de Estado em 1975, disse à revista *Business Week* que os EUA estavam preparados para ir para a guerra por causa do petróleo.

Os dólares ganhos pelos países árabes depois de 1974 permitiu-lhes importarem biliões de dólares de modernos equipamentos militares. A aquisição de grandes quantidades de armas avançadas gerou impulsos expansionistas em alguns líderes da região, incluindo o Xá da Pérsia (que interveio na guerra civil em Omã em meados dos anos 70) e em Saddam Hussein do Iraque. Muitos analistas pensam que a invasão do Kuwait pelo Iraque foi motivada em grande parte pela crença de Saddam Hussein de que as suas forças estavam tão bem armadas que nenhum outro poder iria contestar a sua anexação. Sempre que eclodiram guerras foram empregues enormes quantidades de armas modernas que escalaram os conflitos para elevados níveis de destruição. Por exemplo, a Guerra Irão-Iraque entre 1980 e 1988, causou cerca de um milhão de mortos e mais de

100 bilhões de dólares de destruição (Klare, 2002).

O falhanço da *“Surrogate Strategy”* em 1979, com o Irão a tornar-se hostil, levou o Presidente Carter a ameaçar usar a força contra qualquer actor que colocasse em causa o livre fluxo de petróleo do Golfo Pérsico (*“will be repelled by any means necessary, including military force”*⁵). Este princípio ficou conhecido como a doutrina Carter. Em termos práticos, os EUA passaram a estar presentes no Golfo Pérsico, situação que tem vindo a ser reforçada até hoje.

Durante a guerra Irão-Iraque, quando o Irão iniciou ataques contra a navegação mercante no Golfo, presumivelmente para punir o Kuwait e a Arábia Saudita pelo seu apoio financeiro ao Iraque, os EUA concordaram em hastear bandeiras norte-americanas nos petroleiros do Kuwait e garantir-lhes escolta naval.

Depois da guerra Irão-Iraque ter terminado, de forma humilhante para o Irão, este ficou limitado na sua capacidade de perturbação regional. Assim, o Irão optou por uma estratégia indirecta de intervenção no Médio-Oriente através do Hezbollah. Ajudou a estruturar uma larga frente pan-islamista radical e aproximou-se da Rússia. Desde então a Rússia tem vendido armas ao Irão e tem aproveitado para exercer influência política no Golfo e nos assuntos da região. A Federação Russa tem ajudado o Irão nomeadamente através do veto de sanções no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

A doutrina de Carter foi de novo invocada em Agosto de 1990 quando o Iraque ocupou o Kuwait ameaçando também a Arábia Saudita. Concluindo tratar-se de uma séria ameaça para a segurança das economias ocidentais, o Presidente Bush rapidamente decidiu uma resposta militar, tendo dito então à nação *“Our country now imports nearly half the oil it consumes and could face a major threat to its economic independence (...)”*. Disse também que *“the sovereign independence of Saudi Arabia is of vital interest to the United States”* (Klare, 2002: 34).

Depois da guerra do Golfo foi a vez de o Iraque ficar isolado e enfraquecido. Durante quase uma década, uma das regiões mais perigosas do mundo, ficou aparentemente paralisada pela dupla contenção dos EUA⁶ e do Irão.

Depois da operação *“Tempestade no Deserto”* os EUA apoiaram o relançamento, em novos termos, da negociação entre israelitas e palestinianos. Este processo foi materializado nos acordos de Oslo que asseguraram, de 1993 a 2000, um interregno num dos mais intratáveis conflitos regionais (Lacoste, 2006: 298). Os líderes norte-americanos continuaram a realçar a importância do livre fluxo de petróleo para a saúde e estabilidade da economia mundial. Neste sentido, aumentaram o número de efectivos na área e reforçaram o apoio aos países amigos no Médio Oriente. Ao mesmo tempo, as forças americanas aumentaram a sua capacidade de intervenção nesta zona do globo chegando mesmo ao Mar Cáspio e a outras zonas possuidoras de hidrocarbonetos. Em paralelo, os países da região do Golfo compraram enormes quantidades de armamento sofisticado aos EUA.

- Declínio do poder externo e da capacidade económica interna da Rússia, dividida entre os extremos da opção por um entendimento privilegiado com os EUA e uma aproximação aos principais aliados dos EUA durante a “guerra fria” - Alemanha, Japão e Turquia - e a utilização da ascensão de novas potências para tentar reduzir a capacidade de actuação externa dos EUA ao longo do “Arco de Crise”;
- A gestão geopolítica do Afeganistão, após a saída dos soviéticos, foi entregue pelos EUA a uma aliança entre a Arábia Saudita e o Paquistão, os quais ensaiaram, sem êxito, sucessivas soluções étnico-políticas destinadas a estabilizar o país. Em 1994, os talibãs acabaram por tomar o poder com o apoio do Paquistão, que desde 1989 vinha também apoiando os movimentos islamistas radicais na Caxemira Indiana;
- Na Ásia-Pacífico, a China, depois de Tianamen, retomou a via das reformas económicas e mobilizou-se para a entrada na Organização Mundial do Comércio, sem deixar, no entanto, de manifestar a sua determinação em vir a reintegrar a ilha da Formosa no seu território. No conjunto, parece ter seguido uma política regional moderada, aproveitando para reforçar as ligações a potências islâmicas, nomeadamente ao Paquistão e Irão;
- Na Península Coreana, os EUA forçaram a Coreia do Norte a abandonar o seu programa nuclear e facilitaram o recomeço das relações com a Coreia do Sul. Isto sem, no entanto, conseguirem controlar as exportações de armas e tecnologia militar por parte do regime norte-coreano.

Nos anos 90, do século XX, da dinâmica da globalização emergiram muitas economias que, com as intervenções diplomáticas e militares dos EUA, permitiram manter sob controlo o processo de fragmentação geopolítica no “Arco de Crise”. No entanto, estava a gerar-se uma “nebulosa” pan-islâmica.

De facto, nessa década, foi na periferia da Europa (Balcãs e Cáucaso) que os conflitos foram mais graves, tendo sido determinante, na primeira das regiões, a intervenção dos EUA e da NATO no sentido de travar o agudizar de processos de desintegração e de conflitualidade violenta.

3. A importância do petróleo do Golfo Pérsico

A região do Golfo Pérsico possui quase dois terços (61%) das fontes mundiais de petróleo, atraindo as atenções das grandes economias, cada vez mais ávidas por energia. A sua importância é realçada à medida que o preço do petróleo sobe. Além disso, também já ninguém duvida que o petróleo irá faltar neste século e é possível que estejamos na fase do pico do petróleo (pico de Hubbert), que corresponde ao consumo de metade do petróleo existente no nosso planeta. A perspectiva é de aumento do consumo, especialmente por parte das grandes economias emergentes da China e da Índia. Esta antevisão é suficiente para se pensar que os governantes estejam preocupados com o futuro das suas nações e, desta forma, desenvolvam estratégias para garantir o acesso ao

petróleo.

Os poços de petróleo da região do Golfo são altamente concentrados e a janela do petróleo está mais à superfície do que é normal, facilitando a sua exploração. Embora se fale muito em outras regiões como fontes fornecedoras (Alasca, Sibéria, Golfo da Guiné, Mar Cáspio) a verdade é que esse petróleo é de extracção muito mais cara e não permite a mesma flexibilidade de fluxo que o petróleo do Golfo Pérsico. Embora os maiores consumidores mundiais tenham procurado diversificar os seus fornecimentos, fruto de muitas lições aprendidas, a verdade é que é difícil evitar o consumo de petróleo do Golfo Pérsico.

Tabela 1 – Produção de petróleo e reservas no Golfo Pérsico no final de 2007

Pais	Produção (mbd)	Percentagem mundial	Reservas provadas (bb)	Percentagem das reservas mundiais
Irão	4401	5,4	138,4	11,2
Iraque	2145	2,7	115,0	9,3
Kuwait	2626	3,3	101,5	8,2
Oman	718	0,9	5,6	0,5
Qatar	1197	1,4	27,4	2,2
Arábia Saudita	10413	12,6	264,2	21,3
Síria	394	0,5	2,5	0,2
UAE	2915	3,5	97,8	7,9
Iémen	336	0,4	2,8	0,2
Outros	32	-	0,1	-
Total	25176	30,8	755,3	61,0

Fonte: BP, Statistical Review of World Energy 2008¹.

bb = biliões de barris;

Mbd = milhares de barris por dia

Tabela 1 – Produção de petróleo e reservas no Golfo Pérsico no final de 2007

Pais	Produção (mbd)	Percentagem mundial	Reservas provadas (bb)	Percentagem das reservas mundiais
Irão	4401	5,4	138,4	11,2
Iraque	2145	2,7	115,0	9,3
Kuwait	2626	3,3	101,5	8,2
Oman	718	0,9	5,6	0,5
Qatar	1197	1,4	27,4	2,2
Arábia Saudita	10413	12,6	264,2	21,3
Síria	394	0,5	2,5	0,2
UAE	2915	3,5	97,8	7,9
Iémen	336	0,4	2,8	0,2
Outros	32	-	0,1	-
Total	25176	30,8	755,3	61,0

Fonte: BP, Statistical Review of World Energy 2008¹.

bb = bilhões de barris;

Mbd = milhares de barris por dia

Os números da tabela falam por si, no Golfo Pérsico encontramos cinco produtores principais e vários secundários. A melhor forma de classificar os países é pelas reservas provadas. No topo da lista está a Arábia Saudita, com 264,2 bilhões de barris (bb), o que representa cerca de 21,3% das reservas mundiais. Segue-se o Irão (138,4 bb), o Iraque (115 bb), o Kuwait (101,5 bb) e os Emiratos Árabes Unidos (97,8 bb). Realça-se a importância do Iraque, que detém reservas provadas correspondentes a 9,3% das reservas provadas mundiais. Estes são valores do relatório estatístico da BP referentes ao final de 2007. Em 1999, o Iraque constava como segundo país da região com mais reservas. No Irão foram entretanto descobertas mais reservas, passando 89,7 bb para 138,4 bb.

Em 2007 a produção da região representou 30,8% da produção mundial (25 176 milhares de barris por dia). Para se ter uma noção deste valor basta referir que os EUA consumiram 20 698 milhares de barris por dia em 2007 (23,9% do total mundial), mas só produziram 6 879 milhares, pelo que tiveram de importar quase 14 000 milhares de barris por dia (BP, 2007). Segundo a *Energy Information Administration* (EIA)⁸, os principais fornecedores dos EUA, em milhares de barris por dia, foram em Junho de 2008, o Canadá (2 359), a Arábia Saudita (1 493), o México (1 254), a Venezuela (1 215) e a Nigéria (1 020). Salienta-se ainda, a Rússia (764), o Iraque (693) e Angola (649).

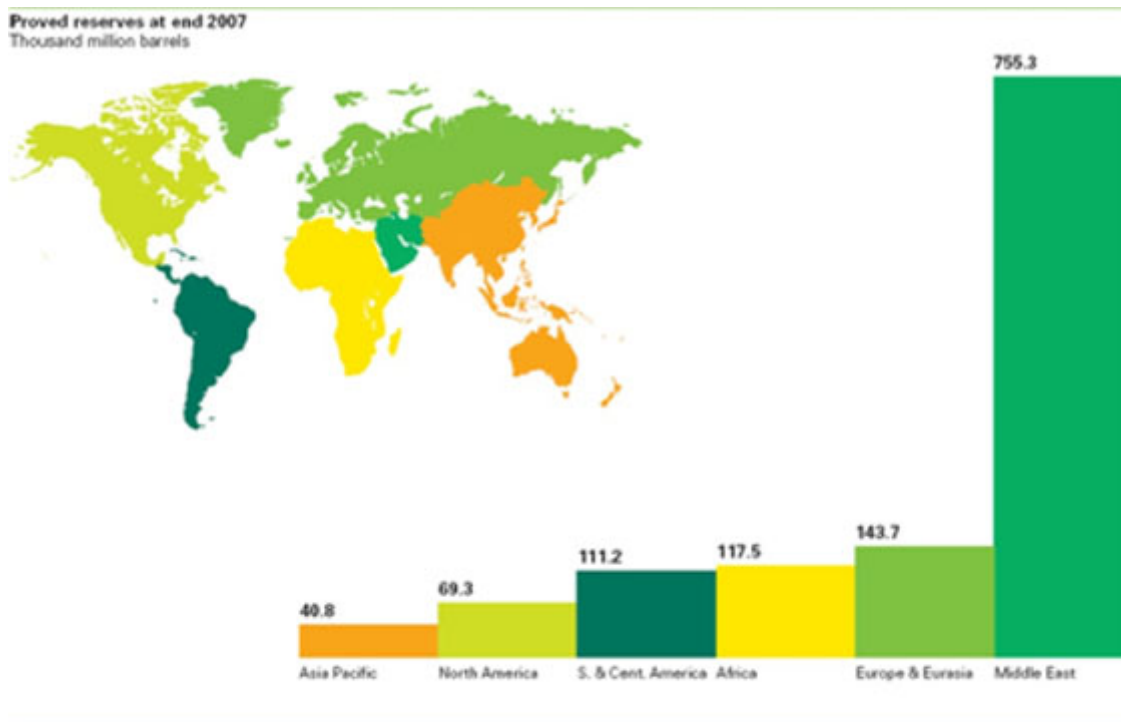


Figura 2 – Gráfico ilustrativo das reservas de petróleo a nível mundial.

As reservas mundiais são cerca de 1 237,9 biliões de barris e o consumo foi de 85 220 milhares de barris por dia em 2007. Com estes dados, mantendo o ritmo de consumo, as reservas mundiais actuais dariam para 40 anos.

Todos estes números trabalhados são matéria-prima para os decisores e estrategistas. Numa análise muito sumária importa reconhecer, através dos dados apresentados, que o Golfo Pérsico é uma importantíssima fonte de abastecimento e de reservas de petróleo, numa região relativamente pequena, sendo o petróleo de fácil extracção.

4. A dinâmica islamita depois da Guerra do Golfo

a. “nebulosa” islamita⁹

A Guerra do Golfo e a presença mais musculada dos norte-americanos no Golfo depois de 1991 gerou um forte sentimento anti-americano na região, ao ponto de permitir a estruturação de um entendimento entre um conjunto de pólos estatais e movimentos pan-islâmicos - tanto sunitas como xiitas. Esta dinâmica tinha como objectivo o confronto violento dos EUA e a subversão dos regimes árabes seus amigos. Os norte-americanos não fizeram uma leitura geopolítica correcta de todos estes acontecimentos. Assim, em termos práticos, foi-se criando uma “nebulosa” pan-islâmica estruturada em torno de quatro pólos estatais e um actor geopolítico não estatal:

- Irão/Síria/Líbano (Hezbollah¹⁰) - este pólo levou a cabo a estruturação de uma larga frente pan-islâmica, integrando organizações políticas e grupos terroristas islâmicos, aproveitando as dificuldades do Iraque e o isolamento da Arábia Saudita face a todos os movimentos radicais que a abandonaram em 1990/1, quando esta recorreu ao apoio militar dos EUA para responder à invasão do Kuwait pelo Iraque. A convergência entre este pólo dominado por xiitas e a maioria dos movimentos terroristas islâmicos de base sunita, nomeadamente da Al-Qaeda, foi possível porque ambos partilhavam do mesmo objectivo estratégico - expulsar as forças militares norte-americanas da Península Arábica e do Golfo Pérsico. O Irão ganhou também uma crescente importância no conflito da Palestina, quer directamente por via do Hezbollah libanês, quer indirectamente pelo apoio financeiro e militar aos grupos radicais Hamas e Jihad Islâmica¹¹. O Irão, com um regime político liderado por religiosos xiitas, procurou ampliar a sua influência no mundo árabe, maioritariamente sunita. As suas modalidades de acção consistiram basicamente em assumir uma postura fortemente anti-semita e uma aproximação ao Paquistão. Os líderes iranianos, a certa altura, perceberam que a sua afirmação como pólo regional dominante seria facilitada com a posse de armas nucleares e respectivos vectores de lançamento, já que assim equilibravam a balança de poder com Israel e estariam no mesmo patamar do Paquistão.

- Sudão - este pólo, desempenhou um papel crucial na estruturação da referida frente pan-islâmica, sobretudo através do controlo da *National Islamic Front* e da inserção dos Irmãos Muçulmanos em toda a dinâmica que contribuiu para a fundamentação ideológica de uma colaboração estreita entre sunitas e xiitas contra os EUA e contra os Estados árabes que com eles tinham relações mais fortes. A expulsão dos americanos da Somália foi a primeira grande concretização deste novo relacionamento. Foi no Sudão que Bin Laden e os “árabes afegãos” por ele controlados, se começaram a inserir na referida frente pan-islâmica dirigida pelo Irão.

- Paquistão e Arábia Saudita - com o regresso ao poder de Benazir Bhutto assistiu-se, na política externa do Paquistão, ao reforço da dupla vertente pro-islâmica e pro-chinesa que levou, por um lado à criação dos Talibãs e a uma aproximação ao Irão, e por outro ao reforço das relações com a China e a Coreia do Norte. A Arábia Saudita, para não ficar excluída envolveu-se no apoio aos Talibãs. Com a vinda de Bin Laden para o Afeganistão, em 1996, criou-se a maior base de apoio ao terrorismo islâmico, sob controlo de sunitas, mas inserida num quadro de forte cooperação com o Irão.

- Al-Qaeda - movimento político radical, usa métodos terroristas, preconiza uma nova solução política unificadora para o mundo árabe. Utiliza o islão como factor unificador, um islão sem direito a interpretações, de forma a assegurar uma unidade monolítica. O objectivo é a reconstituição do califado enquanto entidade política de união dos territórios que já estiveram sob domínio árabe. A Al-Qaeda opõe-se aos nacionalismos árabes de matriz laica e socializante, que a seu ver se revelaram incapazes de realizar essa unificação, e às monarquias saudita e hachemita que considera aliadas do ocidente e por isso mesmo detestadas. Este projecto político parece supor o acesso a armas de destruição maciça sob controlo árabe, utilização agressiva da “arma do petróleo” e a

alteração radical das expectativas das sociedades árabes, de forma a gerir com maior liberdade as receitas do petróleo. A Al-Qaeda, conta com o apoio do Irão e do Paquistão e tem suporte junto de sectores da Arábia Saudita. Utilizou relações estabelecidas no final da “Guerra Fria” para se implantar no Afeganistão, através dos talibãs, e para estreitar laços no interior do Paquistão, o único país islâmico detentor da arma nuclear.

Entender o mundo islâmico¹² é uma tarefa difícil e complexa, vejamos apenas alguns dados que ajudam a perceber como a dinâmica islâmica, que normalmente é referida como de competição e conflito entre sunitas e xiitas, é muito mais do que isso. Especialmente no seio dos sunitas, expressão maioritária do islamismo, há várias correntes, algumas também radicais, que competem e conflituam. A escola de jurisprudência com menos significado no mundo muçulmano sunita - a escola hanbali - é a que esteve na origem do movimento religioso de reforma fundamentalista que hoje tem maior significado político no mundo sunita, por ser intrínseco ao poder político da Arábia Saudita - o wahabismo¹³. A essa mesma escola pertence a grande referência histórica dos movimentos salafitas jihadistas - Ibn Taymiyyah. A reforma salafita iniciada no final do séc. XIX no seio do mundo muçulmano sunita, dirigida por leigos, inspira ainda hoje múltiplas organizações, gerou movimentos que se radicalizaram nos métodos de luta política, tendo assumido a opção violenta e terrorista.

As escolas de jurisprudência dominantes no Norte de África e na Malásia/Indonésia estão mais “distantes” deste primeiro foco da “nebulosa islamista”. No seio da escola hanafi, a maioritária no islão sunita, gerou-se um outro movimento de reforma religiosa fundamentalista - o deobandismo - que se restringiu ao espaço geográfico da Índia, Paquistão e Afeganistão, sendo a influência principal dos talibãs.

O Egipto e o Paquistão, limitam a oeste e a este, esta mesma “nebulosa”, sendo o local de nascimento dos principais movimentos políticos islamistas de primeira geração - os Irmãos Muçulmanos e a Jamiat al Islami. O Sudão e o Afeganistão constituem, respectivamente, espaços em que as correntes islamistas com origem no Egipto e Paquistão se implantaram e deram origem a regimes islâmicos de inspiração radical.

O Irão, a Síria e o Líbano são locais de estruturação de uma forte aliança política xiita que, como vimos, constitui o principal pólo de coordenação do islamismo radical como é o caso do Hezbollah libanês.

O Iraque está dividido entre uma maioria Xiita (60%) e uma minoria sunita (17-20%) em que têm tradicionalmente grande expressão as confrarias sufis, com destaque para a maior delas a Quadiria, por coincidência seguidora da escola minoritária hanbali, o que a aproxima quer do wahabismo, quer do salafismo moderno.

b. A dinâmica do poder dentro do Iraque

Além desta dinâmica geopolítica identitária na região há que atender ao que se passou

dentro do Iraque depois da Guerra do Golfo. De uma forma muito resumida relembra-se que na fase final da primeira guerra do Golfo, e incentivados pelas forças norte-americanas, os xiitas do sul do Iraque se revoltaram contra Saddam Hussein. Em Março e Abril, de 1991, nas principais cidades xiitas como Bassorá, Nassiria e Najaf, figuras do clero emergiram como líderes populares, suplantando a autoridade do partido baasista¹⁴. Em 11 de Março o Grande Ayatollah Musawi Al Khoei, principal figura da hierarquia xiita iraquiana, solicitou assistência militar aos EUA. Provavelmente sob pressão dos aliados da Arábia Saudita e das monarquias do Golfo, os EUA recusaram. Perante a posição de neutralidade dos EUA os militares fiéis ao partido Baas iniciaram um esmagamento da rebelião tendo massacrado dezenas de milhares de xiitas, prendido os principais clérigos de Najaf e Karbala, considerados os líderes da revolta, e executado ou feito desaparecer mais de 200 deles, mantendo a maioria dos restantes sob um regime de quase prisão domiciliária e provocando uma redução brutal de alunos dos seminários de Najaf e o seu apagamento como principal centro de ensino e formação da liderança xiita a nível mundial, que acabou por passar para Qom no Irão.

O Grande Ayatollah Al Khoei sobreviveu a esta perseguição, mas devido à sua adiantada idade acabou por falecer em 1992, com 93 anos, tendo-lhe sucedido no topo da hierarquia xiita iraquiana o Grande Ayatollah Sistani, de origem persa e também, tal como Al Khoei, adepto da postura de não envolvimento directo nas questões políticas. Sistani era já conhecido por, desde o princípio da revolução islâmica no Irão, ter rejeitado o conceito de Vilayat-e Faqih¹⁵, ou seja da supremacia do clero na organização política, defendido por Khomeini.

Outros dignitários religiosos xiitas refugiaram-se no Irão, foi o caso do Ayatollah Muhammad Baqir Al Hakim¹⁶. Este, com o apoio dos dirigentes da República islâmica, organizou no exílio um movimento político - o Supremo Conselho para a Revolução Islâmica no Iraque.

Os anos que se seguiram foram marcados por um crescente conflito entre Sistani e o Ayatollah Muhammad Sadiq Al Sadr, pertencente a uma das mais distintas famílias de religiosos de Najaf, sobrinho do carismático Ayatollah Muhammad Bakir Al Sadr dos anos 50 a 70, figura intelectual e política de primeiro plano, associado à formação do primeiro grande partido político xiita de orientação islâmica, o partido Al Da'wa Islami. Sob a influência dos Ayatollahs Khomeini e Bakir al Hakim, Sadiq Al Sadr tornou-se, desde os anos 80, defensor da criação de um Estado islâmico regido pelo conceito do Vilayat-e Faqih.

Sadiq Al Sadr, quando foi libertado após a revolta de 1991, iniciou uma campanha de organização social e política da comunidade xiita, tendo começado por constituir tribunais informais, fora do sistema judicial secular do regime, que julgavam casos entre xiitas. Ao contrário de Sistani, veio a desobedecer à proibição do regime para não realizar pregações nas mesquitas. Foi assim organizando em torno de si uma rede de religiosos que animaram mesquitas em Bagdad, nos subúrbios onde habitavam quase dois milhões de xiitas, em Kufa e noutras cidades. Criou centros prestadores de serviços

de apoio social e de ensino destinados às camadas mais desfavorecidas. Sadiq Al Sadr foi ainda mais longe e procurou uma aproximação aos chefes tribais com maior influência entre a população xiita, com o propósito de estabelecer pontes entre o direito consuetudinário tribal e o direito islâmico, aceitando transferir certas competências religiosas para os chefes tribais, em oposição à postura tradicional da hierarquia xiita.

A sua demarcação do regime foi sendo cada vez mais aguda, ao mesmo tempo que atacava o Ayatollah Sistani e a sua opção passiva (cautelosa), acusando-o de ser, desse modo, cúmplice do regime. Al Sadr foi assumindo posições claramente hostis face a Israel e aos EUA e tornou-se um intransigente inimigo das influências culturais americanas na sociedade iraquiana. No seu afrontamento com Sistani foi ao ponto de ter escolhido como seu sucessor o Ayatollah Kazim al Há'iri, de origem iraquiana mas residindo em Qom no Irão, personalidade ligada ao partido Al Da'wa. Há'iri era também partidário do conceito do Vilayat-e Faqih.

Em 1999 Saddam Hussein mandou matar Al Sadr e com ele morreram dois dos seus quatro filhos. O terceiro filho, Moqtada Al Sadr, herdou toda a gigantesca rede de seguidores do pai, centrada nos subúrbios xiitas de Bagdad e em Kufa.

Em 2003, aquando da invasão do Iraque, das três famílias dominantes do alto clero xiita iraquiano - os Al Sadr, Al Hakim e Al Khoei - apenas uma, a de Al Sadr, tinha o seu descendente no Iraque chefiando a respectiva rede de influência. O filho sobrevivente do Ayatollah Al Khoei residia em Londres, onde dirigia uma fundação de beneficência criada pelo pai. O representante mais destacado da família Al Hakim dirigia no Irão um movimento apoiado e armado pelos Guardas Revolucionários.

5. O Iraque em 2003

O Iraque em 2003, era diferente em termos políticos internos, do tempo da Guerra do Golfo, embora mantendo as mesmas características de uma construção política plena de tensões entre as suas componentes étnico/religiosas¹⁷ - árabes xiitas, árabes sunitas, curdos e turkmenos. Depois da Guerra do Golfo, o Iraque sofreu sanções impostas pela ONU, nomeadamente a implementação de zonas de exclusão aérea, no norte e sul do país.

Os árabes sunitas, que tradicionalmente estavam concentrados na zona central do Iraque, em torno de Bagdad, tinham reforçado a sua presença no norte, em Mossul e Kirkouk, em consequência das políticas de arabização da zona curda levadas a cabo pelo regime baasista. Os sunitas são, em termos demográficos, o mais pequeno dos três grupos étnicos mas foram desde o império otomano, passando pela monarquia hachemita e depois pelo regime baasista, a base criadora das elites dirigentes do país.

Os árabes xiitas, maior parte da população, estavam concentrados no sul e existia uma poderosa minoria na capital. Concentraram-se aí em consequência de migrações

internas.

Os curdos, população não árabe de influência religiosa sunita, estava concentrada no norte do país.

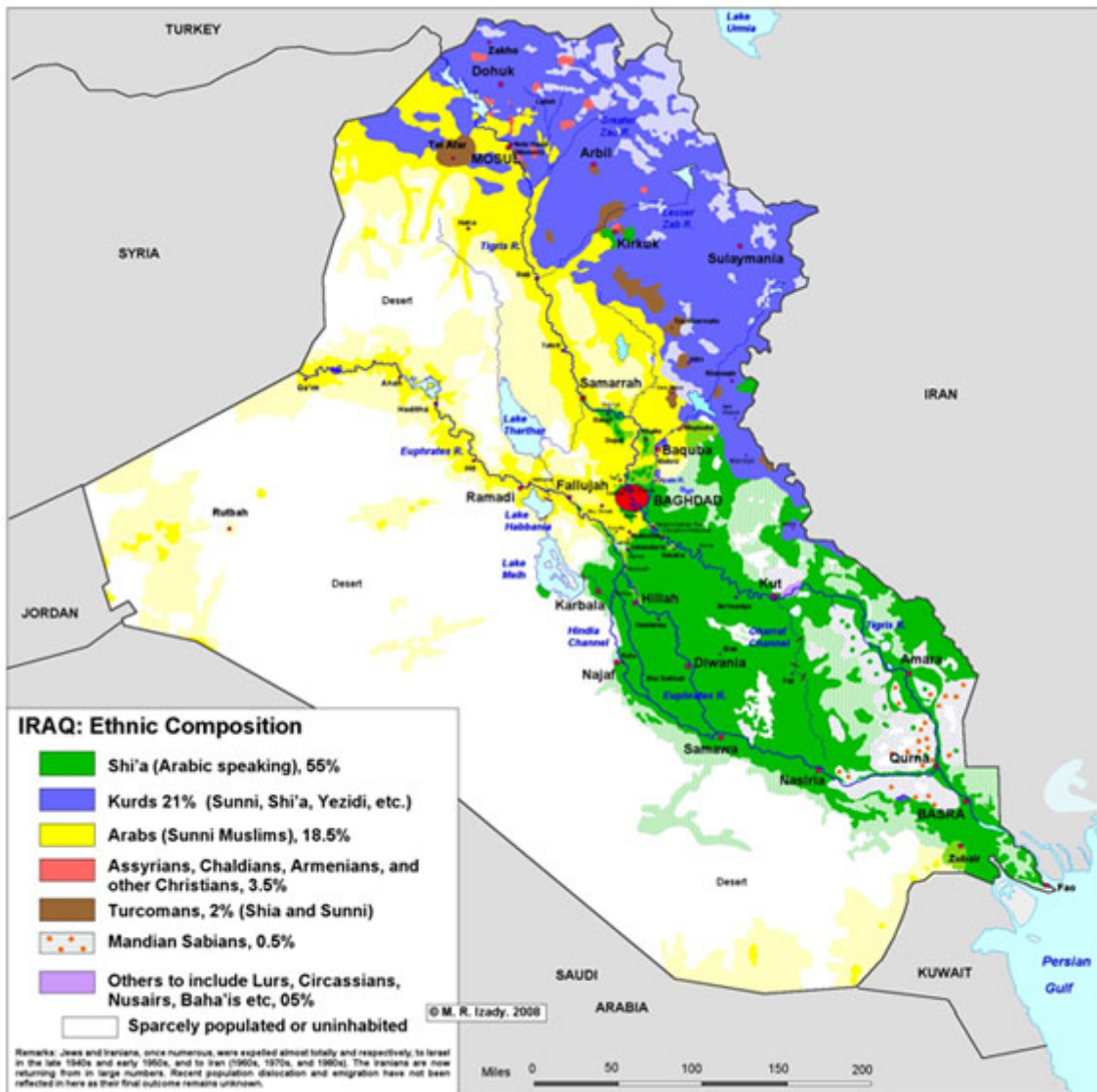


Figura 3 – Composição étnica do Iraque

Os norte-americanos, durante cerca de onze anos, impuseram uma zona de exclusão aérea no Iraque. Os “céus do país eram um livro aberto, tinham tudo à mostra na bola de cristal, na gíria dos militares e dos serviços secretos norte-americanos.” (Woodward, 2007:97). Na verdade, a superioridade técnica tornou-se numa muleta - uma cultura de esperar pela próxima passagem do satélite. Tratava-se apenas de recolha de dados à distância, não possuíam praticamente serviços secretos no terreno (Woodward, 2007: 98). Esta situação tornou-se caricata quando a lista de potenciais locais contendo ADM foi apresentada com 946 lugares (Woodward, 2007: 98).

6. O “Delta do Terrorismo”

Paul Wolfowitz, Secretário de Defesa Adjunto, numa altura em que já se estava na fase avançada da campanha de bombardeamento no Afeganistão, considerou que o governo dos Estados Unidos, e especialmente o Pentágono, eram incapazes de produzir as ideias e a estratégia necessária para lidar com crises da magnitude do 11 de Setembro. Assim, era preciso pôr rapidamente um grupo de especialistas a produzir um relatório para o Presidente e para Cheney, Powell, Rumsfeld, Rice e Tenet. A ideia de Wolfowitz era criar uma espécie de Bletchley¹⁸ II. Esta missão foi confiada a uma equipa chefiada por Christopher DeMuth, há muito Presidente do Instituto Americano de Empreendedores (IAE), um grupo de uma dezena de pensadores conservadores de Washington. O documento de sete páginas que elaboraram chamou-se “Delta do Terrorismo” (Woodward, 2007: 90) e no seu conteúdo há uma análise sobre a região do Golfo Pérsico.

Segundo DeMuth, em entrevista a Bob Woodward (2007: 90), o documento secreto “Delta do Terrorismo” concluiu que o Egipto e a Arábia Saudita, de onde provinham a maior parte dos assaltantes de aviões, constituíam a essência da questão, mas os problemas nesses países revelavam-se irresolúveis. No Irão havia auto-confiança, tinha instalado um governo radical, era difícil imaginar uma forma de lidar com o país. Saddam Hussein surgia de forma diferente, era mais fraco e mais vulnerável. Tinham concluído que o “movimento Baas é uma forma árabe de fascismo” e que o governava o Iraque, sob o controlo de Saddam Hussein, desde 1968. “Concluimos que o confronto com Saddam seria inevitável. Ele era uma ameaça crescente - a mais perigosa, activa e inevitável. Concordámos que Saddam teria que sair de cena antes de se poder resolver o problema”. Segundo o grupo de DeMuth era essa a única forma de transformar a região.

Várias cópias do documento foram entregues em mão aos membros do Gabinete de Guerra. Cheney ficou satisfeito com o documento, o qual teve forte impacto no Presidente Bush, fazendo com que ele se centrasse na “maldade” do Médio Oriente. Condoleezza Rice considerou-o “extremamente persuasivo”.

7. Objectivos norte-americanos para a invasão do Iraque

O 11 de Setembro de 2001 marcou o ponto de viragem da política externa norte-americana, passando para primeira prioridade o que até aí era apenas alvo de atenção circunstancial: o combate ao terrorismo. Esta nova postura da América passou a dominar o processo de decisão, nomeadamente no seu relacionamento externo.

Enquanto a intervenção no Afeganistão foi uma resposta directa ao ataque do 11 de Setembro de 2001, a Guerra do Iraque foi o aproveitamento do clima favorável a iniciativas geopolíticas.

Passados sete anos desde o 11 de Setembro sabe-se muito sobre o que se passava na

Administração norte-americana na altura. Assim, a invasão do Iraque surge como a aplicação prática de um projecto geopolítico de controlo das fontes de poder, patrocinado por uma elite republicana muito ligada a um *lobby* neo-conservador pro-israelita. É também a oportunidade para os dirigentes no poder, nomeadamente Dick Cheney, Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz mostrarem como eram capazes de preparar as forças armadas norte-americanas para os desafios do futuro.

a. O projecto geopolítico

A abundante reserva de petróleo do Golfo Pérsico é catalisadora de uma grande dependência dos países importadores de petróleo. O carácter único do Golfo faz com que muitos estados do sistema internacional desenvolvam políticas especiais para a região, visando manter o acesso às fontes de petróleo, garantindo assim as necessidades das suas economias. Assim é com os Estados Unidos, a sua prioridade estratégica é manter o acesso às fontes energéticas do Golfo Pérsico. Um dos seus interesses nacionais vitais é impedir que as reservas de petróleo do Golfo Pérsico fiquem sob o domínio de uma só potência regional. A sua estratégia é manter essas reservas divididas pelo menos por quatro Estados regionais, para assegurar a diversidade do mercado e evitar quebras de fornecimento (Ebraico, 2006).

Durante muito tempo, os regimes repressivos prevaletentes no mundo árabe foram vistos em Washington como o pilar da estabilidade, apesar do conflito com Israel, capazes de assegurarem a necessária previsibilidade do fluxo de petróleo. Porém, um outro ponto de vista defendia a ideia que a ausência das liberdades fundamentais, de uma sociedade civil forte, de um estado de direito, era sim a semente para que os movimentos radicais se tornassem no único caminho para uma população desprovida de direitos e, na sua maioria, vivendo em condições de pobreza aviltante. Esta facção passou a defender a necessidade de alterar o rumo do futuro destas populações encaminhando-as para um sistema democrático. Transformar essas sociedades passou a ser o lema dos dirigentes americanos neo-conservadores. O “Broader Middle East” foi o figurino criado com esse fim, primeiro de forma inábil, alienando parceiros e descontentando locais, depois de forma mais inteligente, com apoios a ONG’s para que elas pudessem desempenhar o papel de porta-vozes de alternativas aos regimes autoritários reinantes.

Quem se mostrou sempre menos convencida da validade desta aposta foi a corrente “realista”, que na esteira das teorias de Kissinger sempre preferiu a acomodação com dirigentes incómodos, desde que ela representasse uma mais-valia para os interesses americanos.

Independentemente das modalidades de acção das correntes dominantes na Administração, os estrategistas norte-americanos têm procurado assegurar um projecto geopolítico clássico de domínio das áreas com recursos importantes e de contenção dos outros grandes actores concorrentes: Rússia, China, UE (até certo ponto), Japão e Índia. Isto estava na essência da “Wolfowitz Doctrine”, que vigorou no Pentágono de 1994 a 1999, e que propunha uma intervenção militar dos EUA para dissuadir e prevenir o

aparecimento de algum competidor. Esta doutrina evoluiu e reapareceu como política militar global oficial da actual administração Bush, incorporada na *National Security Strategy of the United States of America*, de Setembro de 2002. Esta estabelece explicitamente que o objectivo último dos EUA é evitar o aparecimento de um grande poder competidor. Para cumprir esse objectivo os Estados Unidos usarão todos os meios necessários, incluindo a força. Sendo a Eurásia e o Golfo Pérsico o novo centro de competição geopolítica e de conflito, a Administração norte-americana está determinada em dominar e controlar esta área crítica do “Arco de Crise”. Por isso, com o fim da Guerra Fria, os EUA retiraram numerosas forças da Ásia Oriental e encerraram bases na Europa, o que permitiu estabelecer bases no Golfo Pérsico e na Ásia Central (Klare, 2002). Prova desta teoria pode identificar-se na nova Estratégia Marítima Americana (Roughead, 2007) em que os EUA planeiam ter forças navais permanentes apenas em três grandes áreas: Golfo Pérsico, Oceano Índico e Oceano Pacífico.

A racionalidade da envolvimento dos EUA nas zonas petrolíferas é dada pelo chamado Relatório Cheney¹⁹ (NEPDG 2001). A lógica das recomendações do relatório Cheney é a de um aumento da produção de energia - petróleo em particular - nos EUA e no estrangeiro. Esta prioridade terá consequências internas²⁰ e internacionais, com destaque para o Médio Oriente e para os países da ex-URSS. Assim, era necessária uma maior pressão para que os países produtores se abrissem ao capital estrangeiro, de forma a aumentar a produção, e uma maior presença militar norte-americana nas regiões de produção e transporte, dada a sua instabilidade, bem como a revisão da política de sanções. Segundo Michael T. Klare (2002), “Os EUA não podem aumentar as suas fontes de petróleo do estrangeiro em 50%, tal como referido no plano Bush sobre energia, sem se envolverem ao nível político, económico e militar com os estados de onde o petróleo deverá vir. Este envolvimento pode ser materializado, na maioria dos casos, por meios financeiros e diplomáticos mas também irá requerer, muitas vezes, acção militar”.

Assim se conclui que a Guerra do Iraque teve por finalidade dar aos EUA uma posição dominante na Região do Golfo, sendo também um sinal para a China, Rússia, Europa e Irão. O petróleo é uma fonte de poder e quem controla o Golfo controla a economia mundial, já que tem uma grande vantagem em relação aos competidores.

b. O projecto pessoal

Também se pode completar esta explicação com a firme vontade que havia, por parte da elite governativa, de transformar. Foi Bush quem prometeu aos norte-americanos, na campanha eleitoral, transformar as Forças Armadas, mas foi Rumsfeld quem se empenhou na “Transformação Militar”.

Rumsfeld achava que os militares de então eram avessos ao risco e que resolviam sempre as coisas enviando mais tropas para os cenários de guerra. Ele queria mudar este conceito, queria transformar e estava entusiasmado e disposto a correr riscos (Woodward, 2007: 62).

Na reunião do Conselho de Segurança Nacional (CSN) em 12 de Setembro de 2001, o Presidente Bush quis saber o que os militares poderiam fazer de imediato, ao que Rumsfeld terá respondido: “Muito pouco, na verdade” (Woodward, 2007: 83). Mais tarde, nesse dia, noutra encontro do CSN, Rumsfeld perguntou a George W. Bush: “Porque não atacamos também o Iraque, além da Al-Qaeda?” (Woodward, 2007: 83). O Secretário de Defesa estava entre aqueles que pensavam que o Presidente Bush de 1991 tinha falhado ao não expulsar Saddam do poder. Certa noite, em 1995, numa viagem ao Vietname com o seu amigo Ken Adelman, manteve-o acordado até às três da manhã, numa grande prelecção sobre a asneira que o antigo presidente fizera. Nunca deveria ter concordado com um cessar-fogo que permitisse a Saddam permanecer no poder, disse Rumsfeld, e deveria ter aproveitado, a coberto da guerra, para causar mais destruição entre as Forças Armadas Iraquianas. Os acontecimentos que se seguiram deixaram Rumsfeld em segundo plano, até que no mês seguinte, o Presidente lhe terá dito para olhar seriamente para o plano de guerra no Iraque. Rumsfeld fez disso o seu projecto pessoal (Woodward, 2007: 85).

A 21 de Novembro, 71 dias após os ataques de Setembro, o Presidente Bush pediu a Rumsfeld para dar início à actualização do plano de guerra para o Iraque. Nesse mesmo dia, o Presidente Bush, colocou formalmente em marcha uma cadeia de eventos que conduziria à invasão do Iraque 16 meses mais tarde (Woodward, 2007: 87).

O Iraque iria ser o tabuleiro de xadrez onde Rumsfeld iria testar, desenvolver, expandir e modificar as suas ideias sobre transformação militar. Estava disposto a correr riscos e achava que a doutrina Powell, ou seja do emprego de uma força esmagadora para garantir a vitória, estava fora de moda²¹. Ele tinha um novo pensamento, achava que uma força mais pequena, mais leve e mais ágil poderia cumprir melhor a missão. Esta nova *blitzkrieg* reforçaria o seu estatuto no Pentágono (Woodward, 2007: 87).

8. Da fácil vitória militar à difícil estabilização

A força que invadiu o Iraque, em 19 de Março de 2003, foi ligeiramente inferior a 300 mil militares. A coligação dos 34 países que participou na Guerra do Golfo totalizou mais de 660 000 militares²², dos quais 500 000 dos EUA.

A rápida vitória militar dos EUA no Iraque perspectivava a planeada instalação de um regime democrático, uma estrutura de Estado federal, uma economia menos estatizada e de postura internacional menos alinhada com o nacionalismo pan-islâmico. Além disso, abria, pela primeira vez, a possibilidade de afirmação regional aos árabes xiitas, através da sua influência na configuração futura do Iraque, ao mesmo tempo que dava aos curdos o papel crucial na manutenção da integridade territorial desse mesmo Iraque.

A acção e a vitória militar dos EUA no Iraque foi obtida contra a vontade de vários Estados, nomeadamente da França e da Rússia, que mantinham com o regime de Saddam

Hussein uma relação especial. Os Estados vizinhos do Iraque (Turquia, Irão, Síria e Arábia Saudita), independentemente do que foi o seu maior ou menor alinhamento com os EUA durante a “guerra fria”, viram com evidente preocupação a evolução dos acontecimentos e pareciam hesitar quanto à postura a assumir perante ela. Todos eles perceberam que se iriam agudizar tensões políticas e que de alguma forma também iriam ser afectados.

As dificuldades de estabilização do Iraque começaram no interior e acabaram por ser agudizadas pela acção dos Estados vizinhos, quer directamente pela actuação dos respectivos governos, quer indirectamente pela acção de forças não governamentais, que tinham suficiente cobertura política para agir com relativa impunidade.

Os EUA, desde o derrube do regime de Saddam Hussein, defrontaram-se com dois focos principais de instabilidade:

- Insurreição sunita, centrada nas províncias de Anbar, Saladin e Mossul. As acções foram orquestradas por restos do partido Bass, dos corpos militares e de segurança mais fiéis a Saddam Hussein, que evitaram o confronto com os exércitos aliados e passaram a uma guerra de guerrilha longamente planeada, dispendo de uma base logística organizada e contando com apoios em países vizinhos (por exemplo na Síria). Além disso, também os elementos islamistas locais, organizados em torno das redes sufis e outras que se opõem claramente aos xiitas e aos ocidentais, iniciaram acções subversivas. Juntaram-se também a esta luta grupos filiados na “nebulosa” Al Qaeda, dos quais se destacou o de Zarwaqui, há muito em luta contra o regime monárquico hachemita da Jordânia e que estendeu ao Iraque a sua actuação violenta.

- Uma luta aberta e violenta pela direcção política da comunidade xiita entre as autoridades de Teerão (e dentro destas os vários grupos que partilham o poder na República Islâmica do Irão) e o alto clero xiita de Najaf que sabe que conta com o apoio da parte mais significativa dos Grandes Ayatollahs que, ainda que residindo no Irão, se opõe desde longa data aos actuais líderes religiosos que ocupam o topo do poder político iraniano. Além disso, também havia dentro da própria comunidade xiita, entre as principais famílias de dignitários religiosos e respectivas opções políticas, uma luta violenta pelo poder.

- Devemos ainda salientar que havia um sentimento comum anti-americano criado pelo regime que, durante os onze anos de aplicação de sanções impostas pela ONU, tinha explorado a situação no sentido de culpar os EUA e o Reino Unido pelas dificuldades e sofrimentos experimentados pela população durante esses anos.

Washington estava convencida que a sua superioridade militar e tecnológica seriam suficientes para determinar a sequência de acontecimentos, eventualmente recorrendo a um grupo escolhido de nações que partilhavam as mesmas preocupações e interesses. A Guerra do Iraque veio demonstrar a falência deste modelo, os aliados não se empenharam como os EUA esperavam, o que colocou dificuldades no relacionamento dos EUA com a velha Europa. Além disso, verificou-se a incapacidade de transpor para o plano político os sucessos militares. Foi relativamente fácil vencer militarmente, mas

muito difícil garantir que os potenciais beneficiados aceitassem uma nova ordem de valores e que os auto-excluídos da primeira hora quisessem participar em investimentos de reconstrução.

A consciência desta realidade levou em 2004 a um desvio tático assinalável na gestão das relações internacionais dos EUA. Estes procuraram reconstruir as alianças periclitantes e atrair os que, comungando dos mesmos objectivos, se afastavam quanto aos métodos. O próprio objectivo final teve de ser repensado, as vitórias no campo de batalha, sem dúvida constituem êxito importante a curto prazo, mas não erradicam o problema de base: como evitar que a retórica fundamentalista continue a atrair uma multidão de jovens prontos a combater um inimigo que confundem com o Ocidente e os seus valores.

A falta de segurança e a incapacidade de reunir o apoio das elites tornou lento o processo de edificação de um novo quadro político e institucional, pelo que só em 15 de Outubro de 2005 foi possível aprovar uma constituição iraquiana. As eleições gerais de Dezembro de 2005, que se esperava que constituíssem um momento crucial para tentar estabelecer um *modus vivendi* entre os diversos grupos que estão interessados na sobrevivência política do Iraque, acabou por não ter a participação desejada. Em 23 de Fevereiro de 2006 foi destruída a Mesquita de Ouro de Samara, santuário dos xiitas e iniciou-se uma guerra civil. A Al-Qaeda não se conteve e manifestou-se declarando guerra aos xiitas.

O agudizar desta situação levou a um intenso debate dentro dos Estados Unidos de forma a reduzir o envolvimento norte-americano sem se perderem completamente os objectivos iniciais. Em 10 de Janeiro de 2007 o Presidente anunciou uma nova estratégia (“New Way Forward”) consistindo na deslocação para o Iraque de mais 28 500 militares norte-americanos para ajudarem a estabilizar Bagdade e a província de Anbar. O objectivo era criar condições de segurança para que o governo iraquiano pudesse promover um conjunto de iniciativas de reconciliação interna.

De acordo com um relatório de 15 de Julho de 2007, houve progressos na segurança, mas poucos sinais de reconciliação. Têm vindo a morrer menos militares norte-americanos desde o péssimo período entre Abril e Junho de 2007, embora no terreno não haja sinais de estabilidade.

A actual situação no Iraque é bem mais calma do que há um ano. Esta melhoria resulta de melhores tácticas no terreno, pressionando os iraquianos a assumirem a responsabilidade da segurança com o apoio de retaguarda dos norte-americanos. Mas a principal justificação encontra-se no início das conversações entre Washington e Teerão. É esta a razão objectiva que levou a que as hostilidades entre as duas principais facções xiitas (*Supreme Iraqi Islamic Council* e a de Moqtada *al Sadr*) diminuíssem. A visita do Presidente Amadinejad ao Iraque em 2 de Março de 2008 (a primeira visita de um presidente iraniano àquele país) é um sinal claro do papel que o Irão poderá ter na segurança e estabilização do Iraque. É também uma oportunidade para o Irão se assumir como potência regional. Por outro lado os sunitas terão tido garantias de que não seriam marginalizados. Nos bastidores da política internacional deverão estar a ser definidos

entendimentos, especialmente entre os EUA e o Irão, no sentido de estabilizar o Iraque.

O futuro do Iraque passa também pela campanha presidencial norte-americana que ditará uma orientação mais “realista” ou mais “neo-conservadora”.

9. Actual situação geopolítica no Golfo

a. Balanço actual da Guerra do Iraque

O contingente militar da coligação que invadiu o Iraque foi de 149 233 militares, dos quais 140 000 norte-americanos, 4 000 britânicos, 900 polacos, 650 da Coreia do Sul e mais 3 683 de outras nacionalidades.

A guerra começou em 19 de Março de 2003 e a vitória foi declarada em 1 de Maio de 2003. Neste período morreram 139 militares norte-americanos. Em 25 de Agosto de 2008 já tinham morrido 4 146 militares e 30 561 tinham ficado feridos com gravidade, 20% dos quais com problemas na cabeça ou na coluna vertebral (não contempla os que registam problemas psicológicos)²³. O contingente internacional também já perdeu 313 militares, dos quais 176 britânicos. Também se salienta a morte de 130 jornalistas, 44 em operações militares.

O pior período para os norte-americanos no Iraque parece ter sido o dos meses de Abril, Maio e Junho de 2007, em que eram mortos mais de cem militares por mês. O melhor mês, de toda a campanha até agora, foi o de Julho de 2008, com 13 mortos. Em contrapartida, a situação no Afeganistão atingiu o seu pior momento em Junho de 2008.

Não há dados sobre o número de civis mortos. As Nações Unidas, em 20 de Setembro de 2006, estimavam entre 50 000 e 100 000, mas há quem aponte números da ordem dos 600 000. Os polícias e soldados iraquianos mortos depois da vitória da coligação situa-se na casa dos 8 530.

Os custos desta operação ascendem, para os norte-americanos, a perto de 800 biliões de dólares, o que significa que o custo anual de um militar norte-americano é de 390 000 dólares²⁴. Em Agosto de 2007 havia mais de 180 000 civis em trabalhos ligados ao suporte das tropas norte-americanas.

A análise dos números indica que em Fevereiro de 2004 houve 14 ataques por dia, em Julho de 2005 houve 70 ataques por dia e em Maio de 2007 o número diário era de 167. Em consonância com estes números, regista-se que em Novembro de 2003 o número de insurgentes se estimava em 15 000. Este número passou para sensivelmente o dobro em Outubro de 2006. Em Junho de 2007 o número já era estimado em 70 000.

Há 2 milhões de deslocados no interior do Iraque e outros tantos refugiados na Síria e na Jordânia. O desemprego situa-se entre os 30 e os 60% e a inflação na casa dos 50%. Há

problemas no fornecimento de água e electricidade.

Cerca de 82% da população opõe-se fortemente à presença da coligação e 72% não têm confiança nas forças internacionais.

Por todas estas razões cerca de 40% dos profissionais do Iraque já o abandonou desde 2003. Dos 34 000 médicos existentes, 12 000 deixaram o Iraque e 2 000 foram entretanto mortos.

b. Situação geopolítica na região

A rivalidade entre sunitas e xiitas, o conflito entre estes dois grupos pelo poder e pelo controlo no Iraque, e a afirmação do Irão, caracterizam a actual situação política da região, na qual alguns actores têm adoptado conscientemente políticas de sectarismo, enquanto outros têm sido apanhados inadvertidamente nesses meandros.

A queda de Saddam Hussein deu ao Irão o estatuto de poder regional que, aliado às suas ambições nucleares, inspira nos seus vizinhos árabes grande preocupação e insegurança. O Irão tem as maiores forças militares da região e o seu programa nuclear é visto com desagrado, já que visa alterar a balança de poder no Médio Oriente, com a agravante de ser controlado por um regime de posições extremistas, designadamente contra Israel, o que pode levar a uma corrida ao armamento e à proliferação de ADM.

A Arábia Saudita possui as segundas maiores forças armadas (modernas e bem equipadas) da região, pois depois da invasão do Kuwait pelo Iraque, a Arábia Saudita temeu uma nova agressão por parte de Saddam. Além disso, teme actualmente a influência que o Irão xiita está a desenvolver na área, em especial a sua pretensão de possuir armas nucleares.

Neste xadrez regional o papel dos poderes externos é incerto e está a mudar. As relações entre os EUA e os países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG)²⁵ são fortes, mas pouco apoiadas pelas opiniões públicas internas. A importância da garantia de segurança dada pela presença americana é bem compreendida pelas elites da região, mas a imagem dessa presença tem de ser melhorada para colher um apoio maior. Apesar disso, as elites governantes têm a consciência que só os EUA têm capacidade para ali permanecer e assegurar o normal fluxo de recursos energéticos, ao mesmo tempo que mantêm uma hegemonia em relação aos grandes países asiáticos.

10. Avaliação dos argumentos explícitos da Guerra do Iraque

Hoje não há dúvidas que o Iraque não possuía armas de destruição maciça, questiona-se é a razão que levou Saddam a não mostrar ao mundo que não possuía essas armas. Há duas explicações possíveis: o Iraque não confiou na ameaça americana (primeiro

elemento do fracasso da dissuasão), acreditando que o veto da França impediria a invasão americana do seu território; a segunda tem a ver com o facto de Saddam ter pretendido evitar demonstrar fraqueza ao seu mais directo inimigo, o Irão.

Na altura, acusou-se o regime iraquiano de ligação a redes terroristas. Num discurso em Cincinnati, George W. Bush afirmou que “nós sabemos que o Iraque e a Al-Qaeda tinham tido contactos intensos ao mais alto nível, há décadas atrás. Alguns líderes da Al-Qaeda que fugiram do Afeganistão foram para o Iraque. Entre estes está incluído um líder sénior da Al-Qaeda, que este ano recebeu tratamento médico em Bagdade e que tem sido associado aos planos de ataques químicos e biológicos”²⁶. É importante salientar que a Al-Qaeda não tinha ligações com o Iraque de Saddam Hussein. Embora Bin Laden²⁷ e Saddam Hussein fossem sunitas não gostavam um do outro. Saddam defendia um estado laico e Bin Laden defende um estado islâmico, teocrático. Mais tarde o Presidente W. Bush afirmou que “esta administração nunca disse que os ataques de 11 de Setembro foram orquestrados entre Saddam e a Al-Qaeda. Nós dissemos que existiram numerosos contactos entre ambos. Por exemplo, os serviços de informação mantiveram contactos com Bin Laden no Sudão”²⁸. Assim, o que houve foi uma insinuação de ligação do regime de Saddam à Al-Qaeda, que já sabemos não ter existido.

A análise que se pode fazer hoje é que o petróleo iraquiano, embora não seja o único elemento que explica a invasão americana do Iraque, pesou bastante na intenção da Administração Bush. A explicação de Michael Klare é esclarecedora, “Washington possui o interesse estratégico de estabilizar a produção de energia naquela área. Altos volumes de exportação de petróleo têm ajudado a manter o preço do produto relativamente baixo, beneficiando a economia americana”²⁹.

11. Perspectivas futuras

Sintetizar as perspectivas futuras é essencialmente um exercício de identificação dos objectivos dos principais actores com interesse no petróleo do Golfo Pérsico. Sendo certo que a dependência internacional de energia do Médio Oriente irá gerar novas fontes de conflitos. Quanto mais as nações dependerem da energia mais se acentuará a competição. Esta situação levará ao aumento dos preços e ao estabelecimento de relações privilegiadas, nomeadamente através da formação de alianças militares com poderes locais, comercializando mais armas e outras formas de assistência. Situação que não é nova já que a França teve este tipo de abordagem com o Iraque antes de 1990. A China também parece ter actualmente uma aproximação semelhante com o Irão. Nos próximos anos assistiremos a outras alianças deste tipo. Com tantos estados a competirem por petróleo, tentando aproximações privilegiadas, irá haver mais fricções na região, aumentando o risco de conflitos. É mesmo possível que se atinjam preços demasiado elevados e se crie uma crise mundial grave, ao ponto das pressões internas num país poderem levar ao racionamento dos combustíveis, ao controlo de preços, ou à imposição da lei marcial. Pode mesmo imaginar-se o emprego de forças militares para assegurar o fornecimento de petróleo. Os EUA, na sua nova Estratégia Marítima, já

revelam como interesse nacional a segurança das rotas marítimas e prevêem a presença permanente de forças aeronavais no Golfo Pérsico, Índico e Pacífico.

A estabilização do Médio Oriente, e em particular do Iraque e do Irão, constitui uma das grandes preocupações dos principais actores consumidores de recursos energéticos. Naturalmente, a procura de reservas sobrantes por parte das potências emergentes, China e Índia, acarreta um esforço militar profundo de forma a garantirem o acesso à produção petrolífera e ao seu transporte. A China, a manter o nível de crescimento da sua economia, em 10 anos será completamente dependente do Golfo e do Cáspio, bem como a UE, o Japão e a Coreia do Sul. Há quem diga que ali irá começar uma nova Guerra Fria (Klare, 2003). Nesta perspectiva, os EUA e a China vão investir significativamente no sentido de retirar dividendos dos apoios que irão facultar em armamento, em particular ao Iraque e ao Irão, respectivamente.

As elites norte-americanas têm actualmente muitas preocupações estratégicas. Sentem como urgente a estabilização do Golfo Pérsico e a protecção das rotas de navegação. Sabem que a segurança no Iraque depende de negociações com o Irão, que também tem esse interesse. O problema reside no tipo de concessões a ceder ao Irão. Há quem defenda que é melhor permitir que o Irão possua armas nucleares para assim se poder assegurar mais autonomia em relação à Rússia (a posição dos radicais). A alternativa é um entendimento com a Rússia (solução de menor risco) procurando limitar a ascensão do Irão a potência nuclear (Rodrigues, 2007).

A eventual emergência do Irão dispor de armas nucleares, armas de destruição maciça e um forte potencial militar poderá levar a uma corrida aos armamentos na região. Este cenário conduziria a uma séria mudança de orientação estratégica na Arábia Saudita, que poderia procurar obter também armamento nuclear, quer por via de uma já tradicional relação com o Paquistão, quer por uma “revolucionária” aproximação à China. Neste contexto, Israel viveria com os “nervos à flor da pele”. Os EUA teriam de se envolver ainda mais na região para protegerem os seus aliados.

Apesar de actualmente Barack Obama e John McCain terem perspectivas diferentes em relação ao Iraque já relevaram igual empenho na luta contra a Al-Qaeda e contra os talibãs no Afeganistão. Barack Obama defende a ideia da rápida retirada do Iraque (em meados de 2010) passando a responsabilidade da sua estabilização para o governo do Iraque. McCain defende ser importante sair só depois de cumprimento dos objectivos de estabilização, mas defende também a retirada. O Presidente Bush deu recentemente uma ajuda ao permitir que o Primeiro-Ministro iraquiano anunciasse, no final de Agosto de 2008, a saída das tropas norte-americanas em 2011. Embora com ornamentações diferentes, a verdade é que a política externa americana, pelas razões que já vimos, não se deverá alterar muito. O controlo geopolítico do Golfo é fundamental para os EUA. A estratégia dos EUA irá assim procurar manter uma relação privilegiada com a Arábia Saudita, o controlo do Iraque, a contenção do Irão e a obstrução de outros poderes competidores. Inevitavelmente os EUA terão de reduzir o contingente no Iraque e para isso também inevitavelmente terão de entrar em negociações secretas com o Irão e com a Síria.

Por sua vez, a China terá como objectivo prioritário aumentar a sua influência no Irão e aproximar-se da classe dirigente do Iraque, minando a presença norte-americana (apesar da já anunciada partilha dos recursos entre as empresas petrolíferas inglesas e americanas). A China, numa aproximação ao Paquistão, já fez profundos investimentos no porto paquistanês de Gwadar, para servir de porta económica da China para exportações e para receber, através de oleodutos, petróleo do Golfo. Gwadar irá ser também uma base naval estratégica da Marinha Chinesa para controlo do fluxo do seu petróleo pelo estreito de Ormuz e para a projecção da sua influência na região (The Trumpet, 2007).

As alterações no relacionamento dos EUA com o Irão e a agenda política da Rússia com ambos, ditam um novo quadro político para a região, sobretudo depois da visita de Putin a Teerão, em Outubro de 2007, no âmbito da Cimeira do Mar Cáspio. Para os EUA e sobretudo para a Rússia, não interessa um Irão nuclear, pois isso significa a ascensão do Irão a potência regional, numa área de interesse directo para a Rússia. Apesar disso, é de prever o reforço do eixo Moscovo-Teerão no sentido de se edificar um novo império neourasiano, capaz de controlar estrategicamente os outros actores, em especial os EUA.

A Rússia tem as maiores reservas mundiais de gás natural e procura reforçar o seu papel no palco internacional, utilizando os seus recursos e o controlo sobre o seu transporte como arma estratégica. A Rússia já é o maior abastecedor de gás da Europa e prevê-se que em 2030 seja responsável por fornecer 50% do consumo europeu. A geopolítica dos tubos para transporte de petróleo ou de gás natural tem implicações significativas nas relações bilaterais e nos cenários regionais. A Rússia está assim a recuperar do período difícil do pós-guerra fria e não se esquece que os americanos não se abstiveram de participar activamente nas “revoluções” que atingiram a Geórgia e a Ucrânia e que se instalaram na Ásia Central, quase construindo um anel à volta da Rússia. Os russos procurarão nos próximos tempos desfazer este anel nem que para isso tenham de usar a força, como acabaram de fazer na Ossétia e na Abcázia. Aqui convém salientar que a intervenção militar russa nas províncias separatistas da Geórgia é um sinal para o Cazaquistão, Azerbaijão, EUA e Europa, de que a Rússia não pode ser excluída dos dividendos do gasoduto Baku-Tiblisi-Ceyhan (BTC), que visava excluir a Rússia e o Irão dos hidrocarbonetos da Ásia Central.

O mercado do Golfo Pérsico é igualmente importante para a União Europeia, como se pode constatar no seu conceito estratégico de segurança *A Secure Europe in a Better World. European Security Strategy* (ESS), de 2003, e no *Headline Goal 2010*. Mas a estratégia da UE requer um apropriado poder militar para apoiar a sua diplomacia e proteger os seus interesses. Daí que o seu empenhamento seja maior em termos da agenda *soft* deixando para os EUA as questões de emprego do *hard power* para protecção do Golfo.

A NATO como organização de defesa e de segurança procura uma nova justificação para a sua existência. Encontrou na luta contra o terrorismo parte da motivação e por isso tem apostado na cooperação com os países do Golfo, no sentido de garantir a estabilização da região. Exemplo desta operacionalização é a presença da NATO no Médio Oriente,

conduzindo a Operação *Active Endeavour* e o treino das forças iraquianas.

A ONU não tem cumprido o seu objectivo de solucionar problemas entre as nações, há mesmo sinais da perda das suas perspectivas, situação muito parecida com o que ocorreu com a Liga das Nações entre 1920 e 1945.

12. Considerações finais

Antes de tecer algumas considerações finais deixa-se uma palavra de agradecimento ao Comandante Reis Madeira, que disponibilizou algumas das ideias sobre as perspectivas futuras, que aqui foram desenvolvidas.

Ao terminar este artigo é preciso reconhecer que muito ficou por dizer, já que se procurou essencialmente explicar o que levou à Guerra do Iraque e porque é que está a ser muito difícil a sua estabilização. Neste contexto, falou-se muito da influência de xiitas e sunitas mas não houve espaço para falar de Israel e da Turquia, que também têm muito interesse na segurança na região.

Fica em aberto uma outra perspectiva da Guerra do Iraque, mais operacional e tática, contemplando os métodos utilizados na contra-subversão e no combate ao terrorismo. De igual modo será interessante analisar os aspectos sociológicos inovadores, que permitiram o emprego de civis em missões de carácter militar.

Outra análise que também seria interessante realizar é a dos custos desta guerra e do impacto na economia norte-americana, que acabou por afectar a economia mundial.

Resta concluir que a balança de poderes está instável, o nosso mundo não é hoje mais seguro do que durante a Guerra Fria. Espera-nos um futuro incerto em que os acontecimentos relacionados com o acesso às fontes de energia ditarão os mais diversos acontecimentos, todos preocupantes. O “Arco de Crise” está a diminuir a sua extensão mas a aumentar a sua concentração explosiva no Golfo Pérsico, Índico, Cáucaso, Afeganistão e Paquistão. O petróleo tornou fácil a nossa vida nos últimos cem anos mas agora prepara-se para a tornar difícil e pouco civilizada.

13. Bibliografia

a. Fontes manuscritas

CAJARABILLE, Lopo (2008). Apontamentos da Cadeira “Estratégia I e II” do Mestrado em Estratégia. Lisboa: ISCSP.

b. Livros consultados

BARNETT, Thomas P.M. (2004). *The Pentagon’s new map - War and Peace in the Twenty-first Century*. New York: G.P. Putnam’s Sons.

COHEN, Saul Bernard (2003). *Geopolitics of the World System*. New York: Littlefield Publishers, Inc.

CLARK, General Wesley (2004). *Winning Modern Wars. Iraq, terrorism, and the American Empire*. New York: PublicAffairs.

DCDC, Development, Concepts and Doctrine Centre (2007). *The DCDC Global Strategic Trends Programme 2007-2036*.

FRIEDMAN, Thomas L. (2005). *World Is Flat: A Brief History of the Twenty-First Century*. New York: Farrar, Straus and Giroux.

GUERRA, Paulo, CURRAL, Luis (1991). *Guerra do Golfo. A resposta a todas as perguntas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

KLARE, Michael T. (2002). *Resource Wars. The new landscape of global conflict*. New York: Henry Holt and Company.

LACOSTE, Yves (2006). *La longue histoire d'aujourd'hui*. Paris: Larousse.

NYE, Joseph S. (Jr.) (2002). *Compreender os conflitos internacionais. Uma introdução à teoria e à história*. Lisboa: Gradiva.

SANTOS, General Loureiro (2008). *A Ameaça Global. Império em Cheque*. Lisboa: Publicações Europa-América.

STANSFIELD, Gareth (2007). *Iraq. People, History, Politics*. Cambridge: Polity Press.

THUAL, François (1995). *Les conflits identitaires*. Paris: Ellipses (ISBN: 2-7298-9504-3).

WOODWARD, Bob (2007). *Estado de Negação - Bush, da Eleição às Derrotas no Iraque*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

c. Artigos

EBRAICO, Paula Mendonça (2006). *As Opções de Geopolítica Americana: O caso do Golfo Pérsico*. Tese. 3ABR2006. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/8064_3.PDF?NrOcoSis=23884&CdLinPrg=pt [Último acesso em 31AGO08]

NEPDG, National Energy Policy Development Group (2001). *National Energy Policy*. Washington.

KLARE, Michael (2003). *The New Geopolitics*. Monthly Review July-August 2003, volume 55, number 3. Disponível em: <http://www.monthlyreview.org/0703klare.htm> [Último acesso em 25AGO08].

RODRIGUES, Alexandre Reis (2007). *O Triângulo EUA/Rússia/Irão*. *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. 21NOV2007. Disponível na Internet em: http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=529. [Último acesso em 25AGO08].

ROUGHEAD, Gary, CONWAY, James T., ALLEN, Thad W. (2007). *A cooperative Strategy for 21st Century Seapower* [em linha], Newport, RI: International Seapower Symposium, on Oct 17, 2007. Disponível na Internet em: <http://www.navy.mil/maritime/> [Último acesso em 05SET08].

The Trumpet (2007). *"China Opens Strategic Seaport in Pakistan"*. *Peace and Freedom. Policy and World Ideas*. March 2007. Disponível na Internet em: <http://johnib.wordpress.com/2007/04/04/china-opens-strategic-seaport-in-pakistan/> [Último acesso em 04SET08].

* Sócio da Revista Militar e membro da Direcção. Mestre em Informática pela FCUL e Mestrando em Estratégia pelo ISCSP.

1 George W. Bush, discurso proferido no America Enterprise Institute, 26 de Fevereiro de 2003.

2 A coligação militar internacional no Iraque entre 2003 e 2005 era constituída por 38 países, na sua quase totalidade com forças simbólicas.

3 CIA World Factbook, actualizado em Junho de 2007.

4 O Iraque tornou-se independente da Grã-Bretanha em 1932.

5 Transcrição do discurso no New York Times, em 24 de Janeiro de 1980.

6 Com mandato da ONU e em estreita colaboração militar com a Grã-Bretanha.

7 Disponível na Internet em: http://www.bp.com/liveassets/bp_internet/globalbp/globalbp_uk_english/reports_and_publications/statistical_energy_review_2008/STAGING/local_assets/downloads/pdf/statistical_review_of_world_energy_full_review_2008.pdf [Última visita em 25Ago08]

8 Os principais fornecedores de petróleo aos EUA [em linha]. Disponível na Internet em: [última visita em 02JUL08].

9 Termo usado pelo Dr José Félix Ribeiro em http://www.dpp.pt/pages/files/infor_inter_2004_II_IV1.pdf [Última visita em 26Ago08].

10 Também referenciado por Hizbullah, Hizbollah, Hezbollah, Hizballah, Hisbollah e Hizb Allah (partido de Deus).

11 Com o apoio dos EUA concretizou-se em 1996 uma aliança militar entre a Turquia e Israel que passou a constituir um activo estratégico da maior importância para Israel face ao eixo Irão/Síria/Hezbollah.

12 Os xiitas formam algo entre 25% e 35% da população muçulmana mundial. Os sunitas representam a quase toda a outra parte.

13 Os wahabitas acreditam que tudo deve ser feito de acordo com os antigos ensinamentos do profeta e que os textos sagrados têm que ser interpretados a partir da visão “das três primeiras gerações de muçulmanos”, sem levar em conta o que aconteceu com o mundo depois. Além de toda a família real saudita, também Osama bin Laden faz parte da seita, considerada tão radical que mesmo muitos sunitas não os acolhem como um dos seus subgrupos.

14 Partido laico.

15 Vilayat-e Faqih (Governo Islâmico) é o mais importante livro de Seyyed Ruhollah Khomeini. Foi escrito antes da Revolução Islâmica no Irão.

16 Muhammad Baqir Al Hakim regressou ao Iraque em Maio de 2003, na sequência da invasão norte-americana, e foi morto em 29 de Agosto de 2003 por um carro bomba. Segundo fontes norte-americanas o mentor deste ataque foi Abu Musab al-Zarqawi, líder da Al-Qaeda no Iraque até à sua morte, em 7 de Junho de 2006.

17 Tensões que levaram vários autores ao longo de décadas a considerar o Iraque uma construção largamente artificial, de difícil sustentabilidade fora de regimes de ocupação,

protectorado ou ditadura.

18 Bletchley Park era onde estava a equipa de matemáticos e decifradores de códigos que os britânicos montaram na Segunda Guerra Mundial para decifrar as comunicações dos alemães.

19 Em 16 de Maio de 2001, o Presidente dos EUA, George W. Bush, recebeu do vice-presidente, Richard Bruce "Dick" Cheney, um relatório com sugestões para uma política norte-americana de energia (NEPDG 2001), tarefa de que o incumbira duas semanas após tomar posse. A principal sugestão do relatório é o aumento da oferta agregada de energia nos EUA. Um objectivo primário é aumentar a oferta doméstica proveniente de fontes diversas. Isto significa mais petróleo, gás e carvão. Também significa mais electricidade de origem hídrica e nuclear.

20 Nomeadamente no Alasca.

21 Na Guerra do Golfo os militares norte-americanos eram 500 000 enquanto a força norte-americana para a Guerra do Iraque viria a ser de pouco mais de metade.

22 Disponível na Internet em: <http://www.cnn.com/SPECIALS/2001/gulf.war/facts/gulfwar/> [Última visita em 26AGO08].

23 Disponível na Internet em: <http://usliberals.about.com/od/homelandsecurit1/a/IraqNumbers.htm> ou <http://icasualties.org/oif/> [Última visita em 01SET08].

25 Bahrein, Kuwait, Oman, Qatar, Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos.

26 George Bush no discurso em Cincinnati de 2002, considerou mesmo que "aqueles que apoiam os terroristas são tão culpados quanto os mesmos terroristas". Disponível na Internet em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/10/20021007-8.html> [Última visita em: 21AGO08].

27 Bin Laden é wahabita, seita puritana ligada aos sunitas.

28 George W. Bush, United States President, stated in remarks after meeting with his cabinet on June 17, 2004. Disponível na Internet em: <http://www.usiraqprocon.org> [Última visita em: 21AGO08].

29 Michael Klare. Disponível em: <http://www.usiraqprocon.org> [Última visita em: 21AGO08].